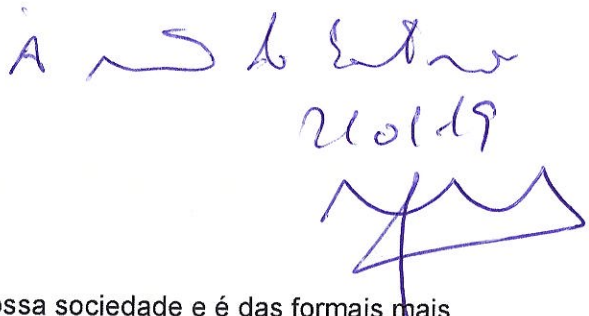


24. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TRANSIÇÃO PARA VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA APRESENTADA PELO PARTIDO SOCIALISTA:

Submete-se à Consideração do Executivo Municipal a Proposta de alteração ao Regulamento de Transição para Vítimas de Violência Doméstica, aprovado em reunião do Executivo realizada em 28 de maio de 2018 e pela Assembleia Municipal em sua sessão de 20 de julho do mesmo ano, apresentada pelo Partido Socialista, que se anexa.



Proposta

A violência doméstica é um flagelo que assola a nossa sociedade e é das formas mais graves de violência, afetando não só as vítimas, mas também as suas famílias.

A Associação de Apoio à Vítima de Braga divulgou recentemente os números de 2019: 6486 atendimentos a 900 vítimas de 2166 crimes. Destes, 1680 (77.6%) são relativos a violência doméstica e perpetrados pelo cônjuge ou companheiro, em residência partilhada com o autor do crime em 64.1% dos casos.

No ano passado morreram 31 mulheres, 6 homens e uma criança, vítimas de violência doméstica, sendo que 12 dos 19 casos associados já estavam assinalados. Além disso, os números conhecidos relativamente ao período do confinamento da primavera passada revelam que os pedidos de ajuda por vias telefónicas e digitais aumentaram 180% face ao período homólogo de 2019.

O contexto de dependência económica por parte das vítimas, vai perpetuando a relação abusadora e adia o abandono da residência partilhada com o agressor. Assim, as estruturas de abrigo surgiram como resposta social imediata de acolhimento em situação de emergência e constituem locais seguros para vítimas de violência doméstica, com ou sem filhos, no seu processo de autonomização e inserção social.

A execução do Plano de Desenvolvimento Social de Braga do Município de Braga 2008-2013 e a experiência resultante do apoio e acompanhamento a estas vítimas, levaram à criação de resposta pioneira no distrito e uma das primeiras a nível nacional: os Apartamentos de Transição (AT) para vítimas de violência doméstica.

Ora, o Regulamento de Gestão dos Apartamentos de Transição que regula a sua organização e funcionamento - aprovado por unanimidade pelo executivo municipal a 28 de maio de 2018 – tem, na visão dos vereadores socialistas, algumas lacunas essenciais para a prossecução dos objetivos que os AT pretendem atingir. Desde logo, estabelece, como objetivo, acolher temporariamente vítimas de violência doméstica em processo de autonomização e que sejam provenientes de Casas de Abrigo da Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica. Além disso, o regulamento não evidencia a existência de um orçamento associado ao funcionamento da estrutura.

Assim, considerando que, deve ser assegurado a toda a vítima a igualdade de oportunidades para viver sem violência e preservar a sua saúde física e mental, a atual

redação (cumulativa) do regulamento limita o acesso, não permitindo que todas as vítimas possam aceder a este equipamento, já que obriga a que sejam procedentes de outras casas abrigo;

Considerando que, por isso, estes Apartamentos de Transição não podem funcionar como uma resposta de primeira linha para todas as vítimas, previamente assinaladas;

Considerando que o alargamento da população alvo a abranger necessita de estar acompanhada no corpo do regulamento em causa;

Os vereadores do Partido Socialista propõem as seguintes alterações no regulamento em vigor:

Atual redação	Nova redação
- Nº 1, Art. 3º: Acolher temporariamente vítimas de violência doméstica (acompanhadas/os ou não de filhos menores e/ou dependentes), em processo de autonomização <u>e</u> provenientes de Casas de Abrigo da Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica, em condições de segurança e confidencialidade;	- Nº 1, Art. 3º: Acolher temporariamente vítimas de violência doméstica (acompanhadas/os ou não de filhos menores e/ou dependentes), em processo de autonomização <u>e/ou</u> provenientes de Casas de Abrigo da Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica, em condições de segurança e confidencialidade;
	- Nº 3, Art. 3º: Elaborar um plano de acompanhamento ao agregado familiar, com vista à sua reorganização e autonomização pessoal e social.
	- Nº 3, Art. 5º: Quando necessário, agilizar mecanismos necessários para garantir a retaguarda habitacional, aquando da cessação da permanência no Apartamento de Transição, através dos programas e medidas existentes na BragaHabit - E.M.
- Alínea a), Nº1, Art. 7º: Ficha de encaminhamento e relatório social por parte da entidade/equipa técnica da estrutura anterior de <u>acolhimento</u> ;	- Alínea a), Nº1, Art. 7º: Ficha de encaminhamento e relatório social por parte da entidade/equipa técnica da estrutura anterior de <u>acompanhamento</u> ;
	- Nº 3, Art. 10º: A Câmara Municipal constituirá anualmente, no orçamento

	<i>municipal, fundo de maneo para a satisfação dos encargos financeiros.</i>
	<i>- Alínea o), Nº1, Art. 12º: Respeitar a confidencialidade da localização dos Apartamentos de Transição.</i>

Braga, 25 de janeiro de 2021

Os vereadores do Partido Socialista,

Artur Feio

Liliana Pereira

Helena Teixeira